



**ACÓRDÃO Nº637/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12506/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Jorge de Almeida Barroso (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAL.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 142/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Jorge de Almeida Barroso**, responsável pela Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH, exercício de 2019, nos termos do art. 22, inciso II da Lei Orgânica do TCE/AM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso II da Resolução TCE nº 04/2002, em razão da ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira para comprovação da capacidade financeira da empresa contratada (Contrato nº 05/2019).

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Jorge de Almeida Barroso**, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, inciso VII da Lei Orgânica do TCE/AM, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, em razão da ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira para



**ACÓRDÃO Nº637/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

comprovação da capacidade financeira da empresa contratada, em desrespeito ao art. 31 incisos I, II e III, §§ 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 8.666/93 (Restrição nº 16 da Notificação nº 70/2020- DICA).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Dar ciência ao Sr. Jorge de Almeida Barroso acerca do julgado.**

**11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Julho de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral